

Progresso e Religião

A República no Brasil e em Portugal 1889 • 1910

Amadeu Carvalho Homem
Armando Malheiro da Silva
Artur César Isaia
(Coordenação)



Cléria Botelho da Costa

Professora do Departamento de História da Universidade de Brasília

PROGRESSO E DESORDEM: O ALVORECER DA
REPÚBLICA BRASILEIRA

«A pátria que quisera ter era um mito;
era um fantasma criado por ele no
silêncio do seu gabinete».

Lima Barreto

Os dias que se seguiram à proclamação da República em 1889, foram de grande euforia, seguidos de muita incertezas e violências. E os intelectuais, entre estes os escritores, julgavam ter papel importante na tarefa seja de consolidação ou de descrédito da República, ancorados num difícil caos de um porto muito convulsionado, colocavam-se como cidadãos e representantes do novo espírito. Nessa compreensão escolhi *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto para reconstruir, neste texto, a fisionomia multifacetada do cenário republicano brasileiro, tentando identificar as esperanças e desesperanças dos homens comuns no governo do Marechal Floriano Peixoto iniciado em 1892, final do XIX e, que se estendera até 1894, primeiros anos do século XX. Intensamente envolvido pelo clima nervoso da época, o romance escrito em 1915, expõe com nitidez: o caminhar de um homem comum na construção de sua dignidade, equivalendo à sua inserção num movimento coletivo com vistas à tentativa de construção da nação brasileira.

Construindo o sonho

56

No romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, os recursos utilizados pelo autor/narrador conduz o leitor a uma viagem imaginária pelo passado (séc. XIX). Seus personagens, aportados no tempo comentam episódios cotidianos da época e o autor faz com maestria uma releitura do início dos tempos modernos no Rio de Janeiro. Apesar dos personagens, dos episódios narrados serem construções ficcionais, nos lembram personagens, diálogos e espaços que nos remetem a história do país, no alvorecer da Primeira República. Assim, embora Lima Barreto teça, os fios da narrativa do seu romance com adornos de ficção, esse não perde o seu valor histórico, ele se ampara na verossimilhança.

Lima Barreto, ao tecer a intriga de seu romance construiu como principal narrador, o personagem Policarpo Quaresma, homem simples, metódico, funcionário público que fora agraciado com o título de Major, como milhares de outros brasileiros da época percebia a República como «estágio da modernidade», da «civilização» e da «humanização» — princípios da filosofia comtiana que já se alastrara no país.

A recente separação política de Portugal intensificava esse sentimento ufanista, e a euforia transformava-se em instrumento de afirmação e justificativa ideológica para o projeto nacional que as elites já montavam para o país. Na terra das potencialidades tudo estava para ser feito, e a linguagem tinha de ser a de celebração. O advento da República simboliza a vitória do cosmopolitismo no Rio de Janeiro, a reorganização da desordem instaurada no fim da monarquia¹ a instituição do progresso no país e sobretudo, o culto a ciência e a pátria (Benjamin Constant: Apud Lins: 1964: 78) que o major se habituara a crer como a mais rica do mundo. O propósito civilizador/moderno do país era dissipado pelas elites sob a forma de abertura de escolas, de cuidados sanitários como água encanada e vacina-

¹ Sobre a desordem no fim da monarquia coloca Teixeira Mendes – «vi o final da monarquia e a grande desordem reinante em todos os departamentos da administração pública...» *Central da Igreja Positiva do Brasil*: 1913: 26.

ção, assim como pela expansão das obras urbanas, dentre outros. A República, comenta Lima Barreto (1985:190), «soltou dentro de nossas almas toda uma grande pressão de apetites de luxo, de fêmeas, de brilho social». Assim, o sonho do Brasil como uma «Nação Civilizada e Moderna», onde reinasse o progresso, onde predominasse a crença da determinação universal e a certeza na capacidade emancipatória do homem sobre a natureza, onde o passado escravo não fosse renegado, enfim, a tentativa de construção de uma nacionalidade, de uma identidade nacional para o país apresentava-se para Quaresma como a única franja de uma possível quimera. A sensação de desencanto com a monarquia parecia ensinar a Quaresma que, guardada em algum ponto da vida do homem, mantém-se viva a capacidade de sonhar com que nos defendemos do desespero total. Assim, o personagem como milhares de outros brasileiros, agarrou-se a esperança de transformar o país em Nação. Sobre essas esperanças depositadas na República narra o Coronel José da Costa, Comandante da 2ª Brigada e membro do Governo Provisório:

«...a massa da Nação já deu o seu apoio a nova ordem, e aguarda esperançosa medidas que lhe garantam a liberdade compatível com tal situação»...

(Diário Oficial de 14 de dezembro de 1889).

O narrador/autor movido por suas quimeras que eram as mesmas de muitos brasileiros: modernização do país transformá-lo em Nação, tornar a pátria uma primeira potencia mundial, dentre outras, se envolveu em três projetos: um projeto cultural, um projeto agrícola e um projeto político. (p. 33, 42, 56) e, juntamente com seus préstimos, os oferecera ao presidente. «A República precisava ser consolidada» pensava ele.

Quaresma parecia entender que era necessário o conhecimento da terra, e seus valores, que a estabilização da consciência nacional era uma condição básica para que a pátria se transformasse em nação, que era necessário atribuir àqueles projetos a missão de conferir unidade a um país recortado

por fendas econômicas, sociais, políticas e culturais e encobrir as marcas da cisão e da descontinuidade existentes — legado da estrutura colonial. A idéia de nação, de ordem e de consenso apresentava-se como fundamental para a existência do progresso expresso na idéia de Nação Civilizada que quase todos brasileiros, naquele momento, desejavam.

Porém, antes de se envolver nos projetos anteriormente mencionados o autor/narrador empenhou-se em muitas leituras e estudos sobre o Brasil. Foram trinta anos de leitura para compreender o país. Esse ato do personagem demonstra, no meu entendimento, sua fidelidade ao slogan «compreender para reorganizar» que orientava as atividades intelectuais européias para uma forma concreta do pensamento, princípio básico do positivismo (Lins: 1964: 12) e que se dissipara largamente na sociedade carioca. Embora Quaresma nunca tivesse sido ungido pelos rituais que conduzem ao diploma acadêmico contava, em sua casa com uma grande biblioteca: «era um vasto aposentó, ...fornado de estantes de ferro. Havia perto de dez, com quatro prateleiras, fora as pequenas com os livros de maior tomo...» (p. 21). Mas, «se não era formado, para quê livros? Pedantismo!» (p. 22) criticavam seus contemporâneos que se aportavam no imaginário reinante na sociedade carioca que instituía primazia aos títulos acadêmicos e desse modo, naturalizavam a imagem do país como a «República dos letrados». O autor/narrador mostra que no advento da República os cargos nobiliários passaram a existir somente nas lembranças do Império e, os cultos à aparência e o anel de doutor se tornam símbolos de consagração nacional. Sobre estes novos personagens da história republicana brasileira — os doutores, Lima Barreto, na voz do narrador Quaresma os representa como sendo, na maioria, «cretinos, cheios de anéis e impáfia... sem nenhum amor ao estudo, sem nenhuma vocação nem ambição intelectual» (p. 79). Penso que essa imagem do país como «República dos letrados», dos «doutores» pode encontrar significado na filosofia de Comte a qual propagava que as novas idéias científicas criariam uma sociedade diferente em sua estrutura e organização e assim, a educação devia ser universal abrangendo a todas as camadas da sociedade e a todos os ramos do co-

nhecimento humano (Moraes: 1984: 34). Princípio esse que, no Brasil, continua como sonho até o tempo presente, ano 2003.

Quaresma iniciara sua tarefa de construção da Nação pelas questões culturais á partir da compreensão de que aquelas questões sendo integrantes de uma sociedade, saturada de tensões, não podiam ser entendidas meramente, como atributos do vencedor, assim, o conceito de Nação abria espaço para os excluídos da sociedade. Inicialmente, ele tece críticas ao espaço urbano do Rio de Janeiro onde a elite carioca substituiu as varandas e os salões coloniais pelas amplas avenidas, praças, palácios e jardins deixando — nos entender que com elas se foram também muitas das historias sobre os tempos da Colônia e do Império. Mostra que os novos ricos como Coleone, que enriqueceu graças as empreitadas da construção civil moravam em palacetes e assim descreve o palacete de Real Grandeza onde aquele morava «...A casa ficava no centro do terreno, elevava-se sobre um porão alto, um razoável jardim em frente... No interior o capricho dominava, tudo obedecendo a uma fantasia barroca» (p. 53). Com isso, realça o narrador que os novos europeus, principalmente, os franceses, não traziam apenas novas formas de construção de casa, mobiliário e roupas, os figurinos, mas também, as noticias sobre as peças e livros em voga, o comportamento, as escolas filosóficas predominantes, o lazer, a estética, enfim, o imaginário modernizador europeu. Desse modo, Quaresma apontava para o perigo de que as elites cariocas tentassem fazer tabula rasa das tradições, dos valores culturais dos grupos excluídos daquela sociedade e ainda, para a possibilidade de homogeneização cultural do país facilitada pela utilização do conceito abstrato e universal de Nação. E escavando o outrora do país para não perdê-lo bem como para evidenciar que a cultura do país não era somente a das elites, o autor/narrador busca reconstituir as manifestações culturais africanas e afro-brasileiras, as festas populares, a musica popular, dentre outras. E com esse intuito faz desfilar, ao longo da obra, personagens como médicos, benzedeiros, feiticeiros e sobre os quais se expressa: «cada médico receita uma coisa, os espíritas são os melhores, dão homeopatia, os feiticeiros rezas e benzições» (p. 52). Ressalta a

presença de sinhá Chica, velha cafuza, espécie de Medeia esquelética, cuja fama de rezadeira parava por todo o município trazendo à baila a cultura dos afro descendentes, em geral ex-escravos que invocavam a proteção das forças cosmológicas africanas. E' com a mesma intenção que visita Maria Rita, ex-escrava que o decepciona ao não se lembrar do bumba-meu-boi. Desse modo, o autor/narrador, mais uma vez reafirma sua irreverência ao realismo no qual o escritor, o artista em geral, procurava nivelar sua atitude a do cientista e os fenômenos sociais deviam ser explicados, simplesmente à partir de seus aspectos materiais (Coutinho: 1997: 184).

Do ponto de vista temático o enfoque da literatura eram os problemas da realidade brasileira em destaque: a imigração e a exclusão social, sobretudo dos habitantes do subúrbio e do homem do campo, ou seja, o apego à terra e seus valores foram o ponto de partida que iam desnudando a dimensão política de uma iniciativa em princípio situada no âmbito cultural. O conhecimento da terra, de seus valores, a estabilização da consciência nacional era uma condição básica para que a pátria se transformasse em nação. Mas, uma vez que a mentalidade colonial coexistia com os primeiros anos da República, o resultado é a crueza de um mundo feito de carência e, a ilusão dos grandes sonhos que não se cumpriram. E a intensidade dos desafios se multiplica: numa ponta o apego ao passado monárquico que na obra fica bem explicitado na voz do personagem Caldas que sem dúvidas, representava o sentimento de muitos brasileiros quanto ao enaltecimento do ex-Imperador e as saudades da monarquia: «Ele se foi como um intruso. E era um homem bom... tinha feito tanto por toda a família...»; noutra a convicção de que era necessário apostar num futuro do qual essa sociedade, por força das relações de poder determinadas pela economia mundial, parecia apartada. No centro dessa engrenagem, o país mergulhado no subdesenvolvimento, produziu formas culturais que só podiam espelhar um conjunto de dilemas que acabam por compor a sua maneira de estar no mundo. Marca-se aí, a concepção de cultura como uma forma de resistência à dominação, erguendo-se para derrubar o senso comum, para estimular a consciência da historicidade, condição básica para

a instauração de uma nova ordem. À vontade de fazer, com letras a história do país, importava em alguns riscos com clareza assumidos pelos escritores.²

Movido pelo forte desejo de fazer do país uma nação, pela grande fé no progresso, a maior ousadia de Quaresma é propor a adoção do tupi como língua nacional. A reconstrução e revalorização das populações indígenas, nossos primeiros habitantes, era sua grande preocupação, não seriam esses os «genuínos» brasileiros? Obcecado por essa idéia, datilografava, por distração, um documento na língua indígena — o que lhe vale a expulsão do Arsenal de Guerra, onde trabalhava, a sátira impiedosa da imprensa e a internação em um manicômio por não suportar as chacotas de que fora vítima depois do caso do tupi. Ele mesmo começa a estudar a língua tupi e recebe a afilhada Olga, em casa, chorando e gesticulando como um tupinambá. Se suas idéias e ações rendem cenas de humor impagável, também expõem a face ridícula do personagem. Vivendo em uma terra assolada pelas desigualdades sociais e culturais, Quaresma expressando as vozes de muitos outros nacionalistas quis atribuir ao conceito de Nação a mágica função de assegurar ao país uma unidade que as contingências históricas de sua formação interditavam. A idéia central era de destrinçar e de retramar os fios emaranhados de uma história comum, a partir da língua tupi, uma vez que a nossa língua fora uma imposição dos colonizadores. Parece considerar apenas aquilo que, de modo mais uma vez mitificante e mitificador, era tido como essencialmente brasileiro — a língua falada pelos índios, nossos primeiros habitantes. A idéia de nação implicava em uma história a ser recosida desconsiderando a desigualdade lingüística e a variedade cultural rumo à construção de uma instancia ideal, a Nação.

² Em alguns casos, isso implicou mesmo o sacrifício da dimensão estética de algumas obras, onde o movimento de transfiguração das referências concretas revelava-se tão tímido a ponto de colocar em questão o próprio estatuto artístico de sua linguagem. É preciso, porém não esquecer que esse problema não fragiliza toda a produção da época, e ali podemos encontrar textos nos quais a noção de compromisso se associa positivamente à fantasia criadora que, afinal, define a obra literária.

O acentuado espírito nacionalista do autor/narrador o estimula a prender violão com Ricardo Coração dos Outros, compositor de modinhas que, para o major, representavam a genuína alma nacional. Por aprender violão foi criticado por seus contemporâneos — «um homem tão serio metido nestas malandragens» (p. 42) comentara um vizinho. Assim, tocar violão, cantar e tocar modinha eram práticas associadas às camadas populares da sociedade carioca. A cidade que tinha como seu espelho Paris condenava a coexistência de comportamentos tradicionais como a serenata e a boemia considerados desviantes diante do novo parâmetro modernizador. Mas, para o autor/narrador a modinha e o violão eram poucos para representar a alma nacional, era preciso um projeto de reconstrução da cultura nacional, reconstituir os folguedos e as cantigas do passado, da época da escravidão chaga ainda recente, na história do país. Vale realçar que no Rio de Janeiro do despertar republicano, o imaginário modernizador fora pautado na crença de um desenvolvimento contínuo, evolutivo e de plena aceitação racional expresso na República, (Moraes: 1983: 23) era comum a proibição de festas populares como Bumba meu boi, festas de Judas e o combate policial a todas as formas de religiosidade popular: líderes messiânicos, curandeiros, feiticeiros, dentre outros (Sevecenko: 1995: 33). Era a naturalização da exclusão em nome da ordem, condição básica utilizada para assegurar o progresso.

Esse imaginário modernizador, nacionalista nos remete a pensar o nacional a partir da exclusão do inautêntico e/ou importado, nos conduz a busca dos primeiros habitantes, da língua originária, dentre outros, como fatos «genuinamente brasileiros» e desse modo, a uma concepção de história que se direciona para a identificação do «começo» para o desvendar da «origem». Mas, afinal, como é que se pode reconhecer num ato, num gesto, numa palavra ou num texto, que é ali, exatamente, que tudo realmente começa? O lugar do início não se apresenta como uma noção auto-referencial? Penso que seria apenas aquilo que, por convenção, uma pessoa ou um grupo de pessoas decide assumir como início. Pura tautologia, em que a dimensão e a estrutura do começo são, na sua essência, puramente con-

vencionais e, na sua forma meramente ficcionais (Finazzi: 2001: 5). Trata-se então, de uma história linear e seqüencial que vai desde o início até o fim e faz do presente uma ponte continuamente reconstruída sobre um tempo que, infinitamente e sem parar, transcorre. E' esse o tempo que está subjacente na ordem e no progresso, o mesmo ao qual Nietzsche se pronuncia de modo cortante e decisivo. Ele critica os «falsos historiadores» que se dedicam a procura da «origem» assumindo que ela é o fundamento único de tudo aquilo que vem a ser depois em contraposição aos historiadores que trabalham para descobrir os «inúmeros inícios», as origens plurais desta realidade complexa e multifacetada.

A interpretação que faço do projeto cultural proposto por Quaresma é que Lima parecia entender que, na realidade daquela sociedade saturada de tensões, as questões culturais não podiam ser apreendidas meramente, como atributos do vencedor. Elas se manifestavam também pelo entendimento de que o lugar dos sujeitos sociais no mundo passa por investimentos simbólicos pelos quais eles se afirmam e negociam com outros, sua forma de inserção na sociedade (Babha: 2001: 26) e, nessa negociação de poderes, elas poderiam se configurar como uma forma de resistência dos excluídos. Ele reconhecia que se fazia importante manter viva na nova ordem republicana, por meio da memória, as manifestações culturais dos antepassados, forma que possibilitaria um encontro secreto entre vozes do passado e vozes do amanhecer republicano, o que me faz recordar, o grande escritor contemporâneo — José Saramago ao expressar na obra *Memorial do Convento*, que juntar vivos e mortos é uma forma de amar, de não esquecer aqueles que se foram. Aliás, o passado como ação revitalizadora do presente é uma idéia básica das obras de Saramago.

Quaresma por não suportar as chacotas de que fora vítima depois do caso do tupi acabara internado em um manicômio e, ao sair deste muda-se da cidade para o subúrbio do Rio de Janeiro. A sensação de desencanto, mais uma vez, ensina a Quaresma que, sem quimeras a vida se torna impossível. Acalentado pelo sonho, vai residir no Sítio Sossego em casa grande, onde poderia respirar ar puro, produzir alimentos, enfim usufruir

das maravilhas da doce vida campestre, imagem do campo como espaço da paz, da fartura, muito em voga na época, criada e disseminada pelo pensamento romântico. Além disso, o projeto civilizador estava intimamente ligado à «construção» e «expansão» do Estado, viabilizadas principalmente pelo trabalho na terra. Dessa maneira, a agricultura de exportação fazia parte do projeto civilizador.³

A agricultura constituía-se então, como um dos pilares da transformação do país em nação, disso estava ciente a elite carioca. Imerso no imaginário social de sua época o autor/narrado alicerça seu sonho na possibilidade de o Brasil deixar de importar alimentos da Argentina e da Europa, assim, na agricultura estaria a grandeza do país — «o que era principal à grandeza da pátria estremecida era uma forte base agrícola, um culto pelo seu solo ubérrimo, para alicerçar fortemente todos os outros destinos que ela tinha de preencher» (p. 71). Ou ainda, «A nossa terra tem os terrenos mais férteis do mundo... o milho pode até dar duas colheitas» (p. 70). Num diálogo mantido entre ele e o doutor Albanex, este sugere que as terras do sítio fossem enriquecidas com o uso de fertilizantes e Quaresma responde: «senhor doutor, o Brasil é o país mais fértil do mundo, as suas terras não precisam empréstimo para dar sustento ao homem. O senhor não é patriota!» (p. 97).

Mergulhado no imaginário que buscava a construção da identidade nacional, Quaresma imagina um país que a elite, na verdade, ainda não tinha podido criar. A nação brasileira, imaginada como seria pelos nacionalistas, resulta, pois, da urgência de reorganizar a sociedade, de naturalizar uma Hierarquia social pautada em critérios: biológicos e no letramento e instrução, os quais além do consenso eram expressões da ordem e condições básicas para a trajetória linear, para o progresso da nação tal qual desejava o pensamento comtiano.⁴ No país, além dos estrangeiros, vindos da

³ Ainda no Império o significado de sertão passa a incluir o «mundo rural», mesmo as áreas de pecuária e extrativismo. Ver Janaína Amado. «Região, Sertão, Nação», Rio de Janeiro,, vol. 15: 1995, p. 147-148.

⁴ A primeira referência feita, publicamente, ao Positivismo no Brasil foi na tese do Dr. Justiniano Gomes apresentada na Bahia, em 1844, dois anos após a publicação do Curso de

metrópole para exercer cargos públicos ou fazer o «Brasil», o que significava lançar-se à sorte como comerciantes e equivalentes, circulavam pelas ruas da cidade negros, mulatos e brancos, conferindo-lhes uma fisionomia muito misturada, calcada na grande variedade de tipos, de línguas e tradições que o nacionalismo desejava homogeneizar. Desse modo, o nacionalismo que mobilizou milhares de pessoas, movimentos culturais e políticos confirma o conceito defendido por Ernst Gellner em *Thought and Change*, para quem o «nacionalismo não é o despertar das nações para a auto-consciência: ele inventa nações onde elas não existem» (1989: 11).

No cotidiano de Quaresma no sítio, os infortúnios de muitas leituras anteriores sobre as ciências naturais — Biologia, Zoologia, Geologia, dentre outras, o conduziram à práticas rurais presididas pelos cânones científicos tais como: inventário dos vegetais, um museu no papel que se preocupava com a identificação dos animais e a localização espacial dos mesmos, uma biblioteca agrícola, comprou barômetro, hidrômetro e outros instrumentos. Aqui observo mais uma senha positivista explicitada no zelo do narrador pelo espírito científico nos seus fazeres cotidianos — era preciso a ciência sair do empirismo, fundamentalmente no campo social e político não confundindo os desejos do Estado e dos povos com a realidade. As ciências do homem encontravam-se voltadas ainda para dogmas absolutos, naturais ou sobrenaturais, baseados em providências, entidades e essências, quando se deve cuidar da existência social do presente (Comte: 1973: 26). Estas práticas de Quaresma carregadas de cientificismo confrontavam-se com as lidas na terra de Anastácio, ex-escravo que certamente aprendera a cultivar a terra por meio de histórias, das tradições que lhe foram repassadas por seus antepassados africanos, de forma oral, e com essas também recebera a experiência daqueles, vivificada sob a forma de sabedoria (Benjamin: 1989: 197). Por trabalharem a terra com práticas tão

Filosofia Positiva, em 1842. Mais tarde, Benjamin Constant, guiado pela educação positiva, organizou o movimento que implantou a República no Brasil e vários positivistas ocuparam postos importantes seja na Constituinte, seja na Administração. Ver Ivan Lins, *A História do Positivismo no Brasil*, Comp. Ed. Nacional, S.P., 1964.

diferentes, Anastácio perguntava com assombro: «seu majó, para que tanta coisa, tanto livro, tanto vidro?» e quando Quaresma lhe responde que estava vendo se ia chover muito, ele prontamente replica — «Para que isso patrão? a gente sabe logo de olho quando vai chover muito ou pouco» (p. 73). Se Anastácio não tinha o saber racional, privilégio dos bacharéis, presidido pela ciência positiva que exclui o senso comum, ele contava com o senso prático que tecido na substancia viva da existência se chama — sabedoria. E, no dia a dia ele transmitia a Quaresma, essa sabedoria — «Não é assim, seu majó. Não se mete a enxada pela terra adentro. E' de leve assim» (p. 73) e, dessa maneira ia desconstruindo as «certezas» da ciência na qual acreditava o Major.

Nessa troca de experiências entre os personagens Quaresma e Anastácio, o autor nos conduz a pensar na sabedoria como uma forma de humanizar o reino das relações humanas; nas tensões sociais recorrentes, nesse despontar da República, pela existência simultânea de um mundo oral composto, fundamentalmente, por ex-escravos e de um mundo da escrita constituído, em geral, por brancos letrados e que representava uma ruptura na forma de sentir e dizer tradicionalmente utilizada; nas tensões edificadas no mundo do trabalho redefinido pela Abolição e ainda, na forma de pensar que excluía o senso comum na construção da ciência e desse maneira, a configurava como distante das práticas dos homens. Acrescenta ainda o autor — «havia em Quaresma um entusiasmo sincero, entusiasmo de ideólogo que quer por em prática a sua idéia» (p. 74). O personagem representando vozes de muitos outros brasileiros, aceitava e lutava para implantar no Brasil, o ideário positivista. Desejava reorganizar a sociedade brasileira unindo os homens num regime de liberdade para o único domínio possível e desejável o da natureza — expresso na República, separar a teoria da prática, buscar um novo poder espiritual, capaz de trazer tranqüilidade e ordem à sociedade enfim, uma ciência positiva que possibilitaria ao homem conhecer o passado e dele extrair a linha evolutiva que o levaria a um futuro certo e inequívoco (Evaristo Morais: 1983:16). E o seu desejo se traduzira em trabalhar, trabalhar muito era o seu lema,

o que me faz lembrar Mário Quintana ao colocar: «que triste os caminhos, se não fora a presença distante das estrelas!». O sonho fora imprescindível a luta de Quaresma.

Imagens idealizadas do campo brasileiro construídas pelo autor/narrador ficam explicitadas no diálogo que se segue mantido entre este e sua irmã Adelaide. Esta preocupada com o sol ardente do campo, lhe recomendava não ficar exposto ao sol o dia inteiro para não ficar doente e ele, de pronto, contestou — «qual doente, Adelaide! Não estás vendo como essa gente tem tanta saúde por aí...» (p. 74). Ingênuo e sonhador, idealiza as condições de vida e de saúde do homem rural brasileiro nos primórdios republicanos. Não levava em conta na edificação dessa imagem que o campo era um espaço de doença cuja representação foi criada por Monteiro Lobato na figura de Jeca Tatu, camponês acometido de amarelão e sem vontade de progredir na vida. O campo era um espaço ansiando pela cura e por isso, palco das práticas de sanitaristas como Belisário Pena que o recomendava: botina, necatorina e latrina. E Bilac (1996: 912-913) complementa essa imagem do campo no despertar republicano:

«... as mais humildes camadas populares, mantidas na mais bruta ignorância, mostram só inércia, apatia, superstição, absoluta privação de consciência. Nos rudes sertões, os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens.»

Imagens essas que confirmam a natureza quimérica das representações do personagem sobre o mundo rural. Ao mesmo tempo Bilac chama a atenção para o descompasso entre a realidade da população e a República que, em nome do nacionalismo escondia, sob matizes da ordem, as diferenças do país.

É na conversa de Olga com o tagarela Felizardo, também ex-escravo, que o autor nos faz chegar uma imagem mais próxima das condições de vida do lugar. No entabular da conversa, Olga pergunta por que Felizardo não plantava para ele o qual a responde: «Sá dona tá pensando uma coisa e a coisa é outra... Terra não é nossa. Nós não tem ferramenta... isso é bom

para italiano ou 'alamão', que governo dá tudo... Governo não gosta de nós...» (p. 96). Percebo aqui, que o autor na voz de Felizardo, tece críticas as políticas de assentamento e de incentivo à importação de força de trabalho para a agricultura e desse modo, toca em uma grande chaga da história brasileira no amanhecer republicano — a imigração estrangeira. Esta, no meu entendimento, se apresentou ideologicamente como a solução para o perigo da incorporação de ex-escravos à sociedade republicana bem como á construção de uma auto imagem nacional na qual o negro fizesse parte. Simbolizava ainda, a substituição da força de trabalho de ex-escravos por imigrantes europeus, em geral, brancos e que dominavam os códigos da escrita. Na prática estava posta a teoria de branqueamento que se pautava, em postulados racionais e progressistas e que fortalecera a hierarquia da sociedade carioca — os brancos letrados compunham a parte superior da pirâmide social e os ex-escravos, negros e não alfabetizados constituíam a parte inferior daquela. Era a doutrina positiva naturalizando a hegemonia dos brancos letrados na estrutura da sociedade carioca republicana.

Porém, o lidar com a terra, no cotidiano, mostrou a Quaresma as dificuldades de uma proposta agrícola para o país: dificuldades de mercado, a parca produção, solo fraco necessitando de corretivo, imigração européia, dentre outros. Essas dificuldades o fizeram entender que os fazeres cotidianos no campo não podiam ser apreendidos desassociados do modelo político que pautava o país. Assim, embora na aparência não revelasse as inquietações de sua alma, os hábitos, os gestos e as atitudes, deixavam escapar que o sossego e a placidez não moravam no seu pensamento. Era preciso atuar junto aos centros de decisão política do país. Volta então, ao Rio, elaborara um plano de «salvação nacional» e o entregara ao Marechal Floriano Peixoto. Nesse plano ele destacara a necessidade de: refazer a administração pública, ter o país um «governo forte, respeitado, inteligente»; defender a ordem republicana e superar dos entraves à agricultura, sobretudo aqueles oriundos da existência da grande propriedade, dentre outros.

Policarpo Quaresma representando muitos outros, achava que o governo republicano carecia de ser feito em bases fortes, para tornar-se respeitado e remover os obstáculos que dificultavam o progresso da pátria. Assim, quando certo dia abriu o jornal e «...deu com a notícia de que os navios da esquadra se haviam insurgido e intimado o presidente a sair do poder», lembrou-se de suas reflexões a respeito de «um governo forte, até a tirania...», que fizeram seus olhos brilharem «de esperança», e escreveu um telegrama ao presidente dizendo: «Marechal Floriano, Rio. Peço energia. Sigo já. — Quaresma» (p. 64-65).

Por trás do seu desejo de um governo forte se ocultam as premissas de um imaginário que se espalhou na sociedade carioca o qual identificava a modernização das sociedades com uma etapa teológica — militar necessária ao progresso do país na qual a população estaria sob o comando militar. Esse imaginário modernizador que via na República o estado normal da humanidade, acatava a supressão do parlamento, unicamente necessário para a elaboração do orçamento; sobre essa questão acrescenta Comte (Moraes: 1983: 26):

«Os individualistas e os letrados preferem o regime parlamentar, que favorece o isolamento e a ambição; ao passo que os comunistas e os proletários adotam a ditadura como mais adaptada à renovação».

O pensamento positivista combatia então, o parlamentarismo e a ação individual e proclamava a prática coletiva como negação ao pensamento liberal do século XVIII. Antiliberal e antiindividualista, o filósofo pregava a intervenção do Estado na vida econômica e na organização social. Esse imaginário que aclamava uma prática coletiva foi disseminado pelo governo republicano de Floriano Peixoto e mobilizou forças sociais. Assim, tal como o major, que ofereceu seus préstimos a Floriano, outros populares se mobilizaram, sobretudo, alistando-se nos batalhões patrióticos, como o «Cruzeiro do Sul», do qual Quaresma fez parte de sua formação. Vale lembrar que certamente, o governo florianista ao atribuir a denominação

«Cruzeiro do Sul» aclamava a grande constelação, um dos símbolos nacionais e assim, evocava a lembrança de pátria indicando sua dimensão nacionalista. Além da utilização de símbolos, os florianistas fabricaram a imagem do Marechal como um estadista, um grande chefe carismático, de «um ídolo político forte», «enérgico» as quais exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para o qual pretendiam obter o maior número de adesões. Imagens que, no decorrer da obra Lima Barreto busca desconstruí-las ao colocar que «esse entusiasmo e (...) fanatismo, que o ampararam, que o animaram, que o sustentaram», só foi possível «depois de ter sido ajudante general do Império, senador, ministro, isso é, após se ter fabricado à vista de todos e cristalizado a lenda na mente de todos» (p. 73). Essa construção de imagens do Marechal como forte e enérgica aliada a símbolos que disseminavam a idéia de nação me remete a Baczkó (1984: 302) ao colocar que cada sociedade cria um sistema de representações e símbolos, ou seja, um imaginário social que incontestavelmente tem sua força de sedução e por isso, arrebanha multidões, ao mesmo tempo que naturaliza a ordem vigente. Aqui, o autor chama a atenção para a força do imaginário como legitimador do poder — preocupação básica dos florianistas já que a população brasileira fora alijada dos movimentos pela proclamação da República.

E a imprensa⁵, não tenho dúvidas, jogara forte papel na edificação e propagação dessas imagens do Marechal nos primeiros anos da República e ainda, difundira a crença na ciência, único caminho para o progresso, na ordem, na moda, no mobiliário importado, no hábito da leitura de literatura, dentre muitos outros, e sobretudo, o desejo de aburguesamento das elites, soteroando assim, a postura discreta e cortês da elite que a precedera. Os jornais aconselhavam à nação paz e harmonia, mostrando os inconvenientes e os perigos da resistência e indicando que o caminho republicano seria a ordem e o progresso. Esse forte desempenho da

⁵ Sobre a Imprensa no Brasil ver Maria Helena Capelato. Imprensa e História do Brasil, São Paulo, Contexto / EDUSP, 1998.

imprensa na propagação do progresso como caminho de mão única para a construção da República me remonta a Benjamin (1989: 227-228) ao afirmar que quando a fé obtusa no progresso se institui, é alto o preço que temos que pagar, por aderir a essa crença deixamos de perceber o passado⁶ como tempo vivo, pois o progresso só tem olhos para o futuro e assim, a História se alinha aos vencedores.

Contudo, se a imprensa divulgava o imaginário republicano, os fazeres da elite carioca, silenciava os opositores do regime ditatorial de Floriano Peixoto, a censura das redações, dentre outros. E, nas brechas possibilitadas pelas negociações políticas e culturais, em 1911, Lima Barreto publicara em folhetim, no *Jornal do Comercio*, *Triste Fim de Policarpo Quaresma* fazendo veicular a voz dos excluídos, dos amordaçados naquela sociedade e apontando a literatura como forma de denúncia, questionadora e que propunha soluções para as desigualdades sociais do país. Para muitos literatos da época a atividade literária e a militância política não eram excludentes como se expressa Bilac, a arte não é um trabalho à parte, sem ligação com as outras preocupações da existência. Ela é aberta, sujeita a todas as influencias do meio e do tempo: «por ser a mais bela representação da vida, ela tem de ouvir e guardar todos os gritos, todas as queixas, todas as lamentações do rebanho humano» (Apud. João do Rio: s/d: 8). Forjaram então, um contra imaginário que se contrapunha ao imaginário da elite europeizada que se portava como a disseminadora das novas idéias européias e defendia o utilitarismo cultural. O desejo desses literatos era descartar as propostas de cientificismo que reduziam a leis, conceitos e informações objetivas e criarem uma ciência sobre o Brasil que possibilitasse a transformação de sua realidade.

No contexto de sacralização e culto da figura do presidente-ditador e do sistema de governo, indispensáveis à celebração, eram os seus sacerdotes e altares. Assim, «uma chama de oficiais subalternos e cadetes» andava

⁶ Benjamin entende o passado como relação entre os vivos e os mortos, como forma de torná-los presente e não, como mera veneração àqueles.

a cercar o «ditador» e «os cadetes da Escola Militar formavam a falange sagrada» da República, possuindo «todos os privilégios e todos os direitos», dos quais «abusavam (...) para oprimir e vexar a cidade inteira», na busca de impor a naturalização do poder e do estadista. Contudo, Lima Barreto não vê os militares como grupo homogêneo, identifica diferenças entre eles, alguns estavam realmente comprometidos com a ordem republicana e outros apenas com o exercício do poder e as respectivas satisfações pessoais. Em uma sociedade estilhaçada por prisões e execuções, «os militares estavam contentes, especialmente os pequenos, os alferes, os tenentes e os capitães», pois para «a maioria a satisfação vinha da convicção de que iam estender a sua autoridade sobre o pelotão e a companhia, a todo esse rebanho de civis...». Para «outros muitos», «havia sentimento mais puro, desinteresse e sinceridade. Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo que ... justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, ao progresso e também ao advento do regime normal...» (p. 67). Na prática, o sistema positivista revelava-se como conservador tal a ojeriza que tinha Comte pela anarquia, á maneira de Goethe, também conservador, que preferia antes praticar uma injustiça, a sofrer a desordem.

No entanto, essa construção intencional de imagens do Presidente como herói, como salvador da pátria, imbuído de poder e de autoridade em nome da República, não diminuiu sua eficácia. Elas despertaram paixões, reconstruíram identidades e objetivaram regular a vida coletiva, expressar respostas aos conflitos, divisões e violências presentes na sociedade, enfim reafirmavam que governar é antes de tudo fazer crer (Baczko: 1984: 330).

Era ardente o desejo de Quaresma e de muitos outros brasileiros, de refazer a administração pública. No Império decorativo, sempre vencia no teatro das eleições quem manipulasse a fraude e aplicasse a violência com competência e a fração da elite derrotada ainda era agraciada com cargos e postos. A elite formada por advogados, se confundia com a burocracia do Estado e forjara um projeto político centrado no progresso, na civilização do país e o caminho para esse progresso, estava na agricultura e na

escravidão. Com essa prática buscava o Estado Imperial contribuir para a unidade e estabilidade da ex-colônia (Carvalho: 1996: 48). Sobre essa realidade em que a fraude tinha seu forte espaço, Lima Barreto, em sua obra *Isaias de Caminha* (1956: 190-191) denuncia com ironia o cotidiano do Estado Imperial bem como na República:

«...os arranjos, as gordas negociatas sob todos os disfarces, os desfalques, sobretudo a indústria política, a mais segura e a mais honesta. Sem a grande indústria, sem a agricultura, com o grosso do comércio na mão de estrangeiros, cada um de nós sentindo-se solicitado por um ferver de desejos caros e satisfações opulentas, começou a imaginar meios de fazer dinheiro à margem do código e a detestar os detentores do poder quem tinham a féérica vara legal de fornecê-lo a rodo».

O escritor realça que o imaginário edificado e propagado pela elite republicana seduziu as almas da sociedade carioca para o luxo, para o exagero, para o brilho social. E então, movida para a realização desse desejo justificava e naturalizava todos os meios de enriquecimento.

No plano estético para exercer o papel reparador de construção de uma instância ideal, a Nação, a elite, dentre outros procedimentos, recorria à valorização das coisas da terra, à temática nacional, à exaltação da natureza, louvando a magnitude de um espaço paradisíaco, excelente espaço, abrigo para aqueles sonhos de uma vida menos atormentada que os nossos escritores importavam da matriz. Nesse quadro de discussão, uma indagação tem lugar: como se pensar que essa elite intelectual do país que estudara em Portugal ou em outro país da Europa pudesse negociar com aqueles os valores de seu país colonizado dentro da tradição ibérica? Pensando a cultura como um espaço de negociação no qual se cruzam espaço e tempo para produzir figuras de diferença e identidade, inclusão e exclusão, que possibilita a enunciativa de vozes dissidentes conferindo assim, autoridade ao hibridismo cultural (Babha: 2001: 25-26), entendo que se aquela negociação cedeu espaço ao conformismo expresso na aceitação do

imaginário modernizador, também possibilitou a manifestação de vozes dissonantes na sociedade brasileira. Nessa compreensão posso entender porque Lima Barreto publicou em folhetim, *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, em 1911; o diálogo entre doutor Campos, político de Curuzu e Quaresma sobre as eleições: «Como o Major sabe, as eleições se devem realizar por estes dias. A vitória é ‘nossa’». Todas as mesas estão conosco, exceto uma... aí mesmo, se o major quiser... Responde o narrador — mas, como se não sou nem eleitor, não me meto, e nem quero meter-me em política»... (p. 87). Esta é uma evidente sátira que faz Lima Barreto aos filhos da classe dominante brasileira do XIX, que buscavam as novidades teóricas da Europa, não para adotá-las em seu país de origem, mas para usá-las como instrumento de naturalização e preservação do poder político que tinha como esteio a ordem e o progresso bem como o poder pessoal. Esse desejo e prática de manutenção do poder político e pessoal pela elite, para Schwarz (1990: 22) seria o responsável pela falta de transparência social, imposta pelo nexos colonial e pela dependência que veio continuá-lo, nos primórdios republicanos.

No terreno da literatura, desde o Império, os literatos elaboraram um projeto literário que fortalecia a luta pela construção da identidade nacional o qual deram continuidade no período republicano. As letras foram um meio utilizado por eles para naturalizar a idéia de um país que eles, na verdade ainda não tinham podido criar. E os textos de muitos escritores da época revelaram esse intuito de imaginar uma nação objetivando a afirmação de um projeto que chamou para si a missão de conferir unidade a um país cortado por fendas de todas as ordens: diversidade étnica, coexistência de vários tempos culturais num só espaço geográfico, dentre outros, vetores que dinamizaram a organização do país na busca de sua identidade nacional. Na República, ao mesmo tempo, que a elite forjou, também procurou ocultar essas divisões ainda sensíveis em seu tecido social. Assim, coube aos escritores, enquanto representantes da elite intelectual, o papel de gerir um capital simbólico que pudesse encobrir as marcas da cisão e da descontinuidade impostas ao longo do tempo. Por fim, com esse proje-

to os homens das letras pretendiam compensar o atraso tecnológico e a precariedade de nossas instituições (Antonio Candido: 1987: 32). E ainda, suas palavras registram a vontade de ter na literatura um traço de identidade e a convicção de que era um pré-requisito para um mergulho mais fundo naquele universo que, de fato, diferenciava o país daquele de onde vinham os exploradores.

Desfazendo as Ilusões

O sonho na República acalentado por Quaresma e, muitos outros brasileiros de um país menos pontuado pelas frestas da desigualdade, do nepotismo, do favoritismo, da insegurança, dentre inúmeros outros males que assolavam o Brasil, pátria que o major se habituara a crer como a mais rica do mundo se dissipara ainda no começo do período republicano. Seus exercícios de imaginação — propostas por ele elaboradas — fizeram da subversão uma estratégia contra a paralisia de uma realidade tão avessa ao sonho e a esperança rompendo, desse modo, a cadeia que tende a automatizar os gestos e uniformizar as mentes, valorizando o inesperado da invenção.

Seus projetos não foram tecidos no reino do insólito, mas dos fazeres cotidianos dos homens comuns: dos camponeses, do negro ex-escravo, do trovador, dentre outros, que constituíam o cenário da sociedade carioca, mas, que não eram apreendidos pelos governantes como construtores da história de seu país. Assim, foram aliados de marcos importantes da história do Brasil como a proclamação da República, a Independência dentre outros. Essa exclusão continuara no governo do Marechal Floriano Peixoto, no qual o Exército continuara enfeixando todos os poderes; uma epidemia de varíola assolara o país e crescera também a criminalidade e a loucura, mal do qual o narrador sofrera e em cujas bases, na maioria das vezes, repousam as discriminações raciais, econômicas e culturais aos destituídos de poder. Essa forma de construção da história que exclui a participação

popular expressa o grande perigo para o qual chama a atenção Benjamin (1997: 224) a construção de uma história que se constitua como instrumento das classes dominantes.

Neste cenário de exclusão fora organizada a oposição como: a Revolta Armada, no Rio de Janeiro, quando uma parte da marinha se rebelou contra Floriano, em 1893 e a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, que se articulou com a Revolta Armada. Como resposta a esses movimentos oposicionistas, o governo republicano criara os batalhões patrióticos. Dentre as forças que apoiavam Floriano estavam os jacobinos,⁷ um grupo composto por civis e militares de orientação nacionalista que aspirava à consolidação da República. A sociedade construía sobre eles, imagens de intransigentes e para esses homens a moderação, a tolerância e o respeito pela liberdade e as vidas alheias eram crimes de lesão à pátria, vestígio, certamente, de um monarquismo criminoso. Contudo, como coloca Quaresma, nem toda mobilização fora espontânea, houve um recrutamento compulsório, «os editais chamavam todos a se apresentar às autoridades competentes». Com isto, mostra o autor/narrador que o cotidiano do Rio de Janeiro sofrera modificações. As estações de trem andavam cheias de «um grande numero de oficiais, ativos, reformados, honorários...». Porém, se «os militares palraram alegres» pela sua identificação com o chefe do governo que também era um militar, «os civis vinham calados e abatidos», apavorados. E continua «a cidade andava inçada de secretas familiares do Santo Ofício Republicano e as delações eram moedas que se obtinham postos e recompensas... Em nome do Marechal Floriano, qualquer oficial, ou mesmo cidadão, sem função publica prendia... Bastava a mínima crítica para se perder o emprego, a liberdade, quem sabe?... Os funcionários disputavam-se em bajulação, em servilismo. Era o terror, houve execuções. O autor/narrador também sublinha que «a simpatia dos desinteressados, da população inteira era pelos insurgentes» uma vez que o governo não cumprira as esperanças suscitadas pelo

⁷ Sobre os jacobinos ver Queiroz, Suely R. R. de - Os radicais da República, São Paulo, Brasiliense, 1986.

governo republicano, «o Estado republicano nasce falido no compromisso com a população mais desassistida».

Literatos como Olavo Bilac e Pardal Mallet, representando o pensamento de muitos outros, manifestaram-se contra a ditadura de Floriano Peixoto criando o jornal antiflorianista intitulado *O Combate* por meio do qual expressaram suas insatisfações com as práticas repressivas do governo. Aqueles escritores juntamente, com Coelho Neto e Aluísio de Azevedo, dentre muitos outros, foram perseguidos e presos. José do Patrocínio, por exemplo, refugia-se durante meses no porão da casa do sogro, enquanto todos o julgavam morto; Guimarães Rosa é recrutado para servir a guarda nacional, mas exila-se em Buenos Aires (Coelho Neto: 1928: 360-361). Tais práticas integravam um conjunto de violências que o governo vinha cometendo cotidianamente, além de deportações e fuzilamentos.

Relata Quaresma que um clima de terror fora instalado no Rio de Janeiro, qualquer ato que demonstrasse opinião contrária à do governo significava para esse, portar-se mal e logo, o castigo sob a forma de prisão ou morte chegaria. A pulverização de poderes antes identificada, me remonta a Foucault (1990: 16) ao apontar que o poder não se localiza apenas no Estado mas ele ganha formas locais que podem ser expressas em gestos, atitudes, comportamentos, discurso e outros, são os micro poderes. Nesse sentido, entendo que nos regimes autoritários essa disseminação de poderes fora do Estado além de ser uma forma de oferecer emprego aos seus aliados visa ainda estabelecer certa confusão junta à população que nunca sabe, ao certo, que autoridade considerar e, tampouco, onde o poder realmente se localiza.

Por entre as fendas dessa ditadura florianista observo a «mão de ferro» de um militar que acreditava acima de tudo na ordem como condição básica para o desenvolvimento da proposta civilizadora/modernizadora do país e, para consolidá-la espargira entre as camadas populares um imaginário conformista, de resignação diante dos males políticos julgado por eles como incuráveis; reduzia a atuação da imprensa a simples boletins informativos; naturalizara a hierarquia da sociedade; via na República o estado

normal da humanidade e, sobretudo acreditava no Exército como instrumento político soberano cuja prática deveria ser centrada na manutenção da ordem, fazer que ainda se constitui como prioritário no amanhecer do século XXI. Dessa forma, a liberdade seria exercida com responsabilidade.⁸ A partir desses princípios, o Marechal ia edificando sua utopia de um mundo positivo, ou seja, de um mundo no qual seria possíveis a regeneração da ciência e a reorganização da sociedade brasileira por meio do regime político republicano. Assim, as resistências organizadas contra o autoritarismo, as injustiças, a falta de transparência na administração, dentre outros, eram interpretadas pela elite no poder como formas de quebrar o consenso social, logo, como desordem. Contudo, embora mais de cem anos separe o tempo presente (2003) da República do Marechal Floriano, percebo que esse conceito de ordem positivista sofrera parca ressignificação pela elite republicana no Brasil contemporâneo, é comum ouvir-se ou ver-se na imprensa falada e/ou escrita frases tais como: «o movimento dos sem-terra com suas invasões às terras particulares está subvertendo a ordem» ou «a greve dos professores está atrapalhando o cotidiano da cidade», dentre muitos outros exemplos.

Descortinado os sentidos dessas frases observo que à transgressão a ordem estabelecida significa subversão à ordem, desordem e, sobretudo, significa resistência — fazer que exprime luta; disputa de poder e, fundamentalmente, dignidade humana. Assim, o outrora se faz presente no hoje ainda que recriado, confirmando que o passado se configura como fonte do presente. No entanto, ao se falar em ditadura no Brasil, quase sempre, associamos ao regime militar de 1964. Raramente lembramos dessa estabelecida pelo Marechal Floriano Peixoto na recém inaugurada República certamente, em parte, porque o século XX foi caracterizado simultaneamente por uma aceleração dos movimentos comemorativos e por um traço que a percepção histórica de Hobsbawm sintetiza como um «presenteísmo cons-

⁸ Ver Plano dos Trabalhos Científicos Necessários para Reorganizar a Sociedade, de 1822.

tante», uma espécie de presente contínua sem qualquer relação orgânica com o outrora, mas também porque uma outra ação daninha, sufoca a lembrança: a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros e nada mais punjente do que se ouvir dezenas de vezes repetidas em nosso cotidiano a frase: «já não me lembro mais». Aqui repousa, no meu entendimento, a importante tarefa da memória, reconstruir no presente, os significados do acontecido, do tempo que já se foi, mas que deixou suas marcas indelévels, possibilitar que esse passado não seja apagado da memória das novas gerações. Assim, a memória se delineia como redenção da História.

Policarpo Quaresma paulatinamente foi se inquietando diante das arbitrariedades, da vacilação da vontade do Presidente, das injustiças enfim, da forte repressão instalada no governo de Floriano Peixoto. Terminada a revolta, «o Marechal ficou como senhor da baía», o triunfo fortalecera sua crença no trabalho industrial enquanto progresso técnico, na exclusão das massas das decisões políticas; no trabalho que se dirige apenas aos progressos na dominação da natureza, dentre outros postulados da concepção positivista. Quaresma fora destacado para guarnecer a Ilha das Enxadas. Aceitara, mesmo com repúdio, o papel de carcereiro da prisão porque ainda existiam frestas de esperança no governo republicano. Naquela se encontravam os marinheiros prisioneiros, escreventes e operários de bordo « gente que se tinha metido em tal aventura pelo hábito de obedecer, gente inteiramente estranha à questão em debate, gente arrancada à força aos lares ou à calaçaria das ruas (...) ou que se haviam alistado por miséria» Como carcereiro presenciou constantemente, cenas em que os prisioneiros eram tolhidos de seus direitos individuais, as leis eram desconsideradas, dentre muitas outras injustiças. Os prisioneiros eram «escolhidos a esmo» e levados para a execução no Boqueirão. Essas práticas me fazem recordar Benjamin (1989: 225) ao nos ensinar que no cortejo triunfal do qual participam os vencedores, estes sempre espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão.

Quaresma ao acompanhar estas práticas que tolhiam aqueles homens do direito à cidadania, escreveu uma carta, ao presidente Floriano, protestando com veemência contra a barbárie que presenciara. Como resposta fora preso como «traidor», «um bandido», alargando as filas das vítimas do florianismo, «a indignação no palácio contra Quaresma fora geral». Assim, fora jogado numa «masmorra, engaiolado, trancafiado, isolado de seus semelhantes como uma fera, como um criminoso, sepultado na treva, sofrendo umidade, misturado com os seus detritos, quase sem comer» (p. 101-102). Tornara-se um dos novos inimigos, que deveria ser isolado e rebaixado, «a vitória tinha feito os vitoriosos inclementes e ferozes, e aquele protesto soou entre eles como um desejo de diminuir o valor das vantagens alcançadas». Para o governo republicano o conformismo, a resignação eram condições básicas para que a desordem não permanecesse no Rio de Janeiro e Quaresma se rebelara, como muitos outros brasileiros mostrara sua insatisfação com a República. Começara a questionar o alcance dos projetos do governo, que direito tinha o presidente de vida e morte sobre os cidadãos, se não se interessava pela sorte deles, pelo bem estar da população? (p. 70). Parecia começar a entender que era alto o preço a pagar por ter se associado a uma concepção de história que recusa cumplicidade com os vencedores. Embora houvesse terminado a revolta no porto da capital federal no Rio Grande do Sul, a oposição ao poder centralizador do Marechal continuava simultaneamente ao servilismo, à bajulação — «Toda a gente queria mostrar-se a Floriano, queria cumprimentá-lo, queria dar mostras de sua dedicação, provar os seus serviços, mostrando-se co-participante na sua vitória» (p. 102-103). Porém, após a celebração «o ditador tão acessível antes, agora se esquivava. Havia quem lhe quisesse beijar as mãos, como ao papa ou a um imperador; e ele já tinha nojo de tanta subserviência» (p. 103) . Essa mudança no comportamento do Marechal após a vitória alerta para o perigo a que estão sujeitas, sobretudo as elites de entregarem-se as classes dominantes como seu instrumento e assim, associar-se a construção de uma história que exclui os vencidos.

Contudo, as decepções de Quaresma não tiveram seu esteio apenas na política. A preocupação, em fazer do tupi a língua nacional foi motivo de soslaio, de escárnio e o levou a loucura; seu projeto agrícola rendeu-lhe outra decepção, as terras não eram férteis e fáceis de tratá-las como ensinavam os livros; quanto ao sentimento patriótico, este sim lhe motivou a mais profunda desilusão, prisioneiros mortos, fuzilados, funcionários civis e militares sugando o Estado em benefício próprio, sua integração ao batalhão patriótico Cruzeiro do Sul de nada servira, enfim a vitória tornou os vitoriosos inclementes e ele, acabara na prisão. E o desfazer das quimeras ficam explícitas num diálogo que mantém com sua irmã sobre as revoltas:

«a vida é absurda e ilógica, eu já não tenho medo, Adelaide... penso que todo esse sacrifício foi inútil. Tudo que nele pus de pensamento não foi atingido, e o sangue que derramei, o sofrimento que vou sofrer toda a minha vida, foram gastos, estragados e desmoralizados em prol de uma tolice política qualquer» (p. 155-156).

As palavras do personagem já não são apenas veículos de desconcerto do Brasil ou a desesperança de um tempo mais humano, em que as amarras ao sistema monárquico estivessem rompidas e a identidade nacional concretizada, mas incorporam sintomas que indicam a extensão da crise nas vidas ali encenadas. Elas desnudam a crença na invenção como meio de compensar a precariedade da vida sob os apertados limites de uma ordem opressiva fazendo-se motivação para muitos brasileiros que, como Quaresma, acreditaram e lutaram pela consolidação da República. E acompanhadas de dor, as palavras do narrador simbolizam também, a tomada de consciência do personagem, a perda de sua ingenuidade. Esses desapontamentos fizeram sangrar a chaga social que a República cravara no coração de Quaresma, significaram o adeus às ilusões do personagem sobre a possibilidade de construção da identidade nacional. Estas desilusões induziram o personagem a pensar na pátria como mito bem traduz a sua fala utilizada na epígrafe deste texto. Assim, as lentes coloridas com as quais

enxergava os fazeres do governo republicano foram substituídas por lentes negras e sombrias.

82

Mas, o narrador/autor «tinha um espinho n'alma», a inquietação presidida a sua vida assim, exprimindo uma polifonia, ao desfazer suas ilusões buscou desconstruir o fascínio ao culto individual e as imagens construídas em torno do Marechal. Desenha o perfil de Floriano Peixoto destacando sua ignorância, infantilidade e cumplicidade com a violência. Para ele a República do «caboclo de ferro» era um governo pautado numa concepção de «tirania domestica» na qual «se o bebê portou-se mal, castiga-se». Na tentativa de desmistificar a imagem do Marechal Floriano como homem forte e correto, denuncia-o de abafar um inquérito por «medo que as pessoas indicadas» não fizessem outra sedição, as quais ainda foram recompensadas pelo Marechal. Esse traço da política brasileira denunciada por Lima Barreto expresso no oportunismo que afeta os chefes do Executivo, os quais tentam abafar investigações para apurar fatos escusos no governo continua presente na política brasileira, confirmando o passado como fonte do presente. Para, além disso, Barreto continua desqualificando o ditador e as atitudes de fascínio atreladas ao culto individual erigido ao redor desse personagem para ele, figura «vulgar e desoladora», sem «algum dote especial além da preguiça de pensar e agir, a incerteza e vacilação da vontade». Acrescenta ainda, que o governo republicano prometera o que não podia fazer, e desse modo, estimulou o desespero na população. Outras vezes comungam com o personagem Quaresma, as esperanças malogradas das práticas republicanas, como se pode notar nas impressões de Olga, outro personagem, sobre o desprezo do governo ao mundo rural brasileiro: «o que mais me impressionou no passeio foi a miséria geral, a falta de cultivo, a pobreza das casas, o ar triste, abatido da gente pobre... Mesmo nas fazendas, o espetáculo não era animador. Todas soturnas, baixas, quase sem o pomar olente e a horta suculenta fora crescente o mal estar da população» (p. 95).

Contudo, o sentimento de desilusão convivía também com a sensibilidade e grandeza d'alma de pessoas que acreditavam na amizade, no amor,

tal foi o caso de Olga, afilhada de Quaresma que ao ser informada da prisão desse palmilhou a cidade para tentar libertá-lo. E ao percorrer caminhos dantes já trilhados as lembranças do outrora povoaram sua imaginação. Tribos indígenas que naquele espaço viveram há anos atrás, as velhas casas, as igrejas, os bondes e até mesmo as árvores tornavam presentes um cenário do passado, assim, ontem e hoje se confundiam nas lembranças da personagem. E nesse movimento de reconstrução do passado no presente, o narrador/autor mostra que os cenários, as vidas humanas são construções cotidianas reinventadas a cada instante pela memória que possibilita a existência de mudanças realizadas com marcas no espaço e no tempo, lembrando ao leitor a existência da História

E, por trás de suas muitas indagações sobre o cotidiano das vidas na República estavam postas questões substanciais relativas ao governo e a doutrina filosófica que o orientava — o positivismo. Assim, Policarpo Quaresma começara a indagar: porque o poder constituído nunca fora discutido e não podia ser atacado; porque o protesto soou entre os vencedores como um desejo de diminuir o valor da vitória; porque as camadas populares continuavam sem participar da República; porque o passado só deveria cantar os mortos como veneração e não como forma de aproximá-los do tempo presente; porque traços da cultura africana, constitutivos da cultura popular, eram rechaçados da composição da identidade nacional; porque a noção de «genuinamente nacional» estava sempre ligada a «origem», ou seja, ao índio, ao tupi etc.; porque o negro/escravo que ajudara a construir o país era considerado como estrangeiro; porque a noção de nação desejava reduzir o país a uma homogeneidade? E ainda, «onde estava a doçura de nossa gente» que eles e tantos outros supunham existir?

Os questionamentos apontados acima pela voz de Quaresma expressam a minha interpretação do texto, portanto, sugere a interpretação da interpretação do autor numa compreensão da literatura como narrativa. Narrar é contar nos ensina Ricoeur (1990: 213) mas, um contar que implica na atividade mimética, na disposição dos fatos, que realça o fazer humano mas, que também transgride o discurso oficial, que se vale da invenção na

tessitura da intriga — herança sem dúvidas do pensamento aristotélico. Na esteira do mesmo autor interpretar é decifrar o sentido oculto no sentido aparente, é aceitar que autor e leitor compartilhem valores, experiências e significados da obra, nesse sentido penso que é ainda, acolher a idéia de que a obra literária carrega um imaginário aberto a ser complementado pelo leitor, é pensar que a completude da obra literária se realiza na relação desta com o leitor. Assim, se Lima Barreto de forma magistral nos mostrara, pelas lentes de Policarpo Quaresma, muito da ordem e da desordem no alvorecer da República brasileira nos convida a refletir sobre os significados das práticas do personagem e sobretudo, dos sentidos que se escondem por trás delas, nas transgressões, dentre outros. Nesse sentido, tecerei alguns comentários a respeito daquelas indagações.

Julgo que os fazeres e as orientações da República brasileira, no período em tela, foram determinados por um conceito dogmático de progresso, herança das atividades intelectuais portuguesas que se orientava para uma forma concreta de pensamento. Para os republicanos, o progresso era em primeiro lugar, um progresso da humanidade em si, e não das suas capacidades e conhecimentos. Configura-se ainda como um processo sem limite, idéia correspondente à da perfectibilidade infinita do gênero humano. Um processo essencialmente automático, percorrendo, uma trajetória em flecha ou em espiral inseparável da idéia de um tempo vazio e homogêneo. Progresso esse que se abrigava na ordem o que levou os republicanos a firmarem — «para termos uma República estável, feliz e próspera, é necessário que o governo seja ditatorial e não parlamentar» (Lins: 1964: 43) estava assim, justificada a ditadura florianista bem como a não participação popular nas decisões políticas. A chegada do positivismo no Brasil, em 1944, dois anos após a publicação do Curso de Filosofia positiva de Comte, introduziu um novo calendário com novas festas comemorativas em homenagem aos grandes vultos do passado, aos heróis e que se alicerçava no tempo linear no qual o passado não tinha espaço para as vivências dos homens comuns como o ex-escravo sem domínio dos códigos da escrita, para a cultura e religiosidade popular, dentre outros, compreensão de pas-

sado que Quaresma muito se empenhou em modificar. O tempo do progresso só ganha sentido com a idéia de porvir, daí a grande preocupação dos republicanos em assegurar a continuidade da República florianista. Desse modo, se a ordem, o consenso era um imperativo do positivismo, garantir a mágica função de assegurar ao país uma unidade que as contingências de sua formação interditavam, ou seja, transformá-lo em nação era uma necessidade. Assim, a aparente desordem era sempre enquadrada pela ordem, se houve uma resistência ao governo republicano, foi parcial, não foi capaz de incluir os excluídos nos domínios da República, esta continuou a serviço da elite dominante, da ordem pré-estabelecida.

Por fim, o sonho de Quaresma de uma história nacional — tecida com as possibilidades de um passado comum — a continuidade da pátria, da língua, da cultura e, sobretudo do tempo nacional estava ancorado na utopia comtiana, esperança dizimada pela bajulação, pelo desmando, fraqueza e muita repressão. No entanto, apesar do triste fim de Quaresma, Lima Barreto na voz de Olga, passa para o leitor centelhas de esperanças quanto a possibilidade de mudanças naquela situação do país mostrando que quimeras e desilusões fazem parte do cotidiano humano.

BIBLIOGRAFIA

- BACZKO, Bronislaw. «Imaginação social». Em *Enciclopédia Einaud*, Porto, Casa da Moeda Nacional, 1985.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Obas Escolhidas*, São Paulo, Brasiliense, v. I, 1989.
- BENEDICT, Anderson. *Nação e consciência nacional*, São Paulo, Ática, 1989.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura Brasileira*, v. 2, São Paulo, Martins Ed. 1968.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política Imperial*, Rio, Ed UFRJ / Relume Dumará, 1996.
- COMTE, Auguste. *Em Auguste Comte e Emile Durkheim*. São Paulo, abril, 1973. (Os Pensadores, v. XXXIII).
- COUTINHO, Afrânio *et alli*. *A literatura no Brasil*, São Paulo, Global, 1997.
- CRUZ COSTA. *Augusto Comte e as Origens do Positivismo*, São Paulo, Ed. Nacional, 1951.
- FINAZZI,- Agro, Ettore. «Em formação a literatura brasileira e a configuração da origem». Em *Rev. Modernidade e Nação*, PUC, Rio de Janeiro, 2001.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, São Paulo, Graal, 1997.
- GELLNER, Ernest. *Thought and Change*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
- *Nations and Nationalism*, Cambridge, Cambridge, University Press, 1995.
- LIMA, Barreto. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, Em obras de Lima Barreto. Organizadas sob a direção de Francisco de Assis Barbosa, com a colaboração de Antonio Houaiss M. Cavalcante Proença, São Paulo, Brasiliense, 1956.
- *Isaias de Caminha*, em op. cit.
- LINS, Ivan. *A História do Positivismo no Brasil*, São Paulo, ED. Nacional, 1964.
- *Perspectivas de Augusto Comte*, Rio, Livraria São José, 1965.
- MORAES, Evaristo Filho de. *Comte*, São Paulo, Ática, 1983.
- NETO, Coelho. *Livro de Prata*, São Paulo, Liberdade, 1928.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*, São Paulo, Papyrus, 1990.
- SEVECENKO, Nicolau. *A literatura como missão*, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*, São Paulo, Duas cidades, 1997.